

A experiência do Fórum Gaúcho da Juventude: espaço de educação popular e dos movimentos sociais

Paulo Alfredo Schönardie

Resumo

O tema deste artigo tem em seu cerne a experiência popular de educação construída pela juventude com o Fórum Gaúcho da Juventude (FGJ). A reflexão parte da hipótese de que jovens e seus movimentos protagonizaram um espaço educativo privilegiado na construção e vivência do FGJ. Para compreender a problemática proposta, apresentamos primeiro a conjuntura social, premida por uma realidade neoliberal, que originou o evento. Posteriormente, um breve histórico do mesmo e seu debate sobre a categoria juventude, para na sequência compreender a tessitura do evento com os movimentos sociais e o Campo Democrático Popular. Esses aprofundamentos nos permitem finalmente tecer o contexto educativo popular de práxis vivenciado pelos protagonistas da experiência do FGJ. Metodologicamente são importantes as experiências de educação e trabalho dos pesquisadores, bem como sua participação no evento e o diálogo com os teóricos da educação, da juventude e dos movimentos sociais. Conclusivamente, se observa que os envolvidos com o evento se educaram em um processo de práxis, reconstruindo a si e aos seus movimentos.

Palavras-chave: Educação. Educação Popular. Juventude. Movimentos Sociais. Práxis.

Introdução

Os seres humanos se educam nos espaços sociais em que vivem. Eles são influenciados pelo meio e pelas pessoas circundantes, ao mesmo tempo, suas ações individuais e coletivas agem sobre o contexto, seja ele físico ou social. Ou seja, os seres se constituem, conforme Schönardie (2014), em um processo educativo histórico e cultural. O humano “sente, pensa, age, imagina, deseja, planeja” (SCHÖNARDIE, 2014, p. 11) e dessa forma, não apenas se adapta à natureza, mas a transforma, e, ao transformá-la, transforma a si mesmo (MARX, 2008, p. 192). Em algumas situações, tais como na ação coletiva e/ou em sua fase juvenil, ou seja, quando seu estágio de formação mental é mais intenso, a aprendizagem é potencializada. Dessa realidade emerge a importância do período humano juvenil e conseqüentemente das ações e/ou eventos coletivos protagonizados pelos jovens em lugares geográficos e culturais. Nessas situações se configura organicamente um espaço privilegiado

de educação popular, em que os sujeitos envolvidos passam a ser “os construtores da sua própria história de libertação” (PALUDO, 2001, p. 99).

A importância e a potencialidade das juventudes em construir outra sociedade possível a partir do presente e em sua ação, que é educativa, faz emergir a problemática central da presente sistematização. A juventude e sua ação de práxis coletiva e educativa com o FGJ passa a ser a essência a ser problematizada. É necessário, assim, aproximar-se do FGJ e do próprio conceito de juventude, bem como aprofundar relações da juventude com os movimentos sociais e com o Campo Democrático e Popular (CDP), para assim perceber a construção de um “possível melhor” pela perspectiva educativa popular, esta, profundamente imbricada com o ideário e a ação dos movimentos sociais.

Partimos da hipótese de que a juventude protagonizou um espaço educativo privilegiado na construção e vivência do FGJ. Os participantes e a sociedade em geral, pela ação direta e/ou indireta com o FGJ, foram instigados a perceber os jovens como categoria social presente e atuante, que pela práxis manifestou e efetivamente arriscou passos em direção a utopias pessoais e sociais em uma conjuntura social coagida entre o panóptico de controle (FOUCAULT, 1977) em uma região interiorana do Brasil e uma avalanche consumista neoliberal cunhada pelo termo “globalização”. A juventude, mesmo influenciada pela geração detentora do poder, construiu seu presente agindo, abriu perspectivas futuras e ao mesmo tempo sua ação transgrediu questionando a uniformidade global e influenciando sobre a comunidade local. Pela práxis em seu meio, os jovens viveram experiências educativas com o FGJ, que se constituiu como prática popular de educação.

As iniciativas dos diversos grupos sociais, e no estudo em foco da juventude, possuem profundas raízes na tessitura social. Tanto elementos locais quanto de espectro mais amplo, ou seja, ligados à sociedade global, em rede (CASTELLS; CARDOSO, 2005), influenciam nas práticas individuais e coletivas. O FGJ foi, assim, também resultado das profundas transformações vividas pela sociedade brasileira na década de 1990, impulsionadas pela crise dos anos 1980, esta por sua vez herdada de um regime autoritário, assim como por uma conjuntura internacional num período em que o modo de produção capitalista em sua forma excludente se sobrepôs à boa parte das conquistas sociais históricas.

Também na região interiorana, de bases agrárias, do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, local onde ocorreu o FGJ, as mudanças históricas e conjunturais foram sentidas, e de uma forma tácita. Desde os anos 1960, essa região foi uma das precursoras mundiais da mudança produtivo-conservadora no setor agrário. A modernização da agricultura local (SCHÖNARDIE, 2013), inserida no movimento avassalador do capitalismo

transnacional, provocou também combalimentos sociais. Um quadro de maior separação e exclusão de camadas sociais e também do estreitamento dos horizontes para as juventudes locais, que por décadas se constituiu no processo do êxodo do campo para a cidade, e do inchamento das periferias pobres de pequenos centros urbanos, foi um dos resultados mais nefastos.

Obviamente a juventude do Noroeste do Rio Grande do Sul também foi às ruas participar dos movimentos que ousaram provocar mudanças no cenário nacional, tais como as “diretas já” e o movimento dos “caras pintadas”. Mas essas experiências foram silenciadas pela difícil conjuntura dos anos 1990, que por um lado praticamente sepultava as possibilidades camponesas locais para os jovens e por outro lado, com a crise neoliberal global, fez com que grande parte das juventudes perdesse muitas de suas esperanças no presente e no futuro.

Os movimentos sociais com base na juventude tiveram de reconstruir suas bandeiras de luta. A nova situação de deserdados rurais e a condição de marginalidade e exclusão perante o capitalismo globalizante provocaram nos movimentos juvenis e nos movimentos sociais de forma ampla a difícil tarefa do reconhecimento de sua condição de oprimidos (FREIRE, 1987), para, a partir da realidade, reagirem. As gerações tiveram de se reeducar, procuraram novos caminhos de ação, de retomada das utopias, e nesse movimento deram passos efetivos para recuperar seu protagonismo.

A partir do final dos anos 1990, e sobretudo com o início do novo milênio, os movimentos sociais conseguiram efetivamente rearticular-se, transformaram-se em forças fundamentais de mudança social e de experimentação de novos caminhos, tanto em nível local quanto nacional e internacional. Essa reação foi efetivada em dois grandes campos distintos, mas profundamente interligados. Por um lado, sucederam-se ascensões democráticas dentro dos marcos legais, conduzindo representantes do Campo Democrático Popular (CDP) (PALUDO, 2001) a mandatos políticos e públicos, organizando-se, conseqüentemente, em governos populares. Por outro lado, se deu a reemergência dos movimentos sociais, tais como os metalúrgicos, os trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os movimentos de mulheres, de negros, de ambientalistas, os movimentos anti-globalização, dos camponeses e camponesas e das organizações juvenis. A reemergência dos movimentos sociais foi decisiva para a ascensão do campo democrático popular, da mesma forma que essa ascensão contribuiu decisivamente para o avanço dos movimentos sociais. O FGJ é parte dessa conjuntura.

Os movimentos sociais aliados aos governos populares fizeram do Estado do Rio Grande do Sul palco de articulação conjunta objetivando “outro mundo possível”. O Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, foi a manifestação da reação utópica de indivíduos, coletivos, movimentos sociais e governos populares. O FSM foi ao mesmo tempo ação e irradiação de iniciativas nas longínquas regiões interioranas. Constituiu-se, assim, um espaço educativo concreto e abstrato. Influenciou o ideário daqueles e daquelas que participaram de forma direta ou indireta de sua caminhada.

A partir da realização do FSM, os indivíduos, os coletivos e os movimentos sociais passaram a propor “fóruns” pelo mundo. Neles começaram a ser refletidas as realidades locais em sua tessitura com a globalidade. O FGJ foi protagonizado nessa perspectiva de luta por uma sociedade mais justa.

É importante destacar introdutoriamente, também, que a presente sistematização é resultado de pesquisas dos autores ainda em andamento, dentro dos grandes campos da educação e da educação popular, dos movimentos sociais e da reflexão educativa a partir e com esses movimentos. É de suma importância enfatizar que os autores dessa reflexão participaram do FGJ desde seu início como organizadores do evento e agora, 13 anos após a primeira edição do FGJ, se propõem refletir também criticamente sua ação. Consideramos importante recuperar a história e o protagonismo de luta dos jovens em prol de uma utopia comum, pois observamos, desde 2013, novas manifestações de jovens, sobretudo em cidades populosas, mas como destaca Barbosa (2014), sem uma pauta definida e inclusive com confrontos violentos de objetivos (CRUZ, 2013, p. 7). Ou seja, sem vislumbrar uma utopia. Assim tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral poderão colher os resultados da pesquisa, para mais uma vez avançar na reconstrução socialmente justa.

Busca-se, também, o auxílio da comunidade argumentativa por meio de revisão bibliográfica e da experiência vivida pelos pesquisadores, mediante assessorias e trabalhos com os movimentos sociais e os movimentos de juventude. O presente trabalho é, assim, resultado de uma reflexão que Pelinka (2004, p. 15-16) aponta como empírico-analítica ao mesmo tempo em que é crítico-dialética.

Torna-se importante apresentar na sequência um breve histórico do FGJ, aproximando a vivência com os debates relativos à categorização de juventude. Posteriormente, aprofundaremos reflexivamente o que entendemos por movimentos sociais e algumas interligações destes com o CDP o que permitirá tecer em momento posterior o contexto educativo popular de práxis vivenciado pelos protagonistas da experiência do FGJ.

Breve história do FGJ e a categoria juventude

Para recuperar a história do FGJ recorreremos basicamente à memória, pois mesmo sendo um acontecimento ainda contemporâneo, a efervescência juvenil da realização do evento não se ateve à produção de registros escritos. Embasamo-nos na memória tal como Jacques Le Goff (2003, p. 419), percebendo-a “como propriedade de conservar certas informações (...), graças às quais o homem (*sic*) pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Com a presente análise descritiva, quem sabe seja possível produzir uma atualização do FGJ e do aprendizado adquirido com ele. A partir da oralidade, propomos “construir uma memória coletiva escrita” (LE GOFF, 2003, p. 470).

Entendemos a história do FGJ em seis momentos distintos, mas profundamente entrelaçados: a conjuntura que antecedeu o evento; as reuniões e ações que prepararam os encontros propriamente ditos; o encontro presencial, ou materialização do evento; o alcance do ideário a aquelas e aqueles que não participaram presencialmente; a contribuição com a formação dos participantes, que entendemos ser o principal legado do FGJ e que analisaremos profundamente mais adiante; e, o estágio que se inicia com a construção de uma memória coletiva escrita para a posteridade.

No âmbito da conjuntura antecedente ao FGJ, como já exposto anteriormente, havia uma premência local oriunda do processo de modernização da agricultura, que estava em seu auge em razão do aprofundamento causado pela crise neoliberal, que deixava em brumas mesmo as esperanças das gerações. Perante a dura realidade, movimentos sociais e todo o CDP organizaram reações, que tiveram uma espécie de cume com a realização do FSM. O alcance do ideário alternativo proposto pelo FSM foi, assim, decisivo para a realização do FGJ.

O primeiro movimento efetivo, em forma de debate, ocorreu na véspera do tempo pascal do ano de 2003, no âmbito da gestão pública no município de Três de Maio, na região interiorana e rural do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O município estava sob gestão de um governo popular, que incorporou em seus quadros indivíduos comprometidos com a reação aos auspícios liberais e, ao mesmo tempo, procurava integrar as pessoas e as organizações sociais. Boa parte desses agora agentes público-políticos tinham suas origens e ainda continuavam integrantes de movimentos sociais. A inspiração foi o III FSM, e seu Acampamento Intercontinental da Juventude, acontecido poucos dias antes. Sucedeu-se, então, já na semana seguinte, o chamamento e a agregação de diversas entidades,

organizações e movimentos sociais, inicialmente regionais, posteriormente estaduais até de abrangência nacional e internacional.

É importante refletir o fato de que o FGJ não partiu diretamente das organizações representativas da juventude, mas sim de um reduzido número de pessoas preocupadas com a geração jovem. Nem todos esses primeiros envolvidos com o evento eram jovens. Essa realidade traz imediatamente à pauta a delimitação da categoria juventude, que será aprofundada a seguir. É importante destacar que mesmo a ideia do FGJ tendo surgido de um reduzido número de pessoas participantes do primeiro debate, ela não perde por isso em legitimidade, visto que logo se transformou em evento que efetivamente congregou significativo número de pessoas, entre jovens, movimentos sociais e população em geral. Os jovens logo perceberam o evento como espaço em que efetivamente poderiam se tornar protagonistas. É de se destacar que as origens do FGJ se assemelham ao início do FSM. É fato que o pontapé inicial do FSM foi dado em uma conversa entre reduzido número de pessoas, que se reuniram para discutir o que se poderia fazer socialmente para congregar os movimentos existentes no Brasil.¹

Tal como havia acontecido com o FSM, a iniciativa do FGJ logo ganhou corpo. A primeira ideia de efetivar uma ação para a juventude, imediatamente transformou-se em ação com a juventude, em que esta passou a assumir os debates, participando ativamente do processo de organização. De um lado, estavam entidades e movimentos dirigidos por jovens, tais como diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, pastorais da juventude, grupos de jovens de sindicatos, e intensa representação de jovens e adultos ligados aos movimentos sociais propriamente ditos, tais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o MST etc., de outro, organizações com preocupações com a juventude, tais como governos populares, instituições de ensino, inclusive a universidade, cooperativas, etc. Emerge disso um dos grandes méritos do evento: o diálogo entre gerações. Para além, é observada uma ampla ação do CDP, mas este em sua base nos movimentos sociais.

Em cerca de cinco meses de reuniões, plenárias e ações, os representantes das entidades agregadas teceram minuciosamente o primeiro FGJ. No decorrer desses debates e articulações, sempre novos protagonistas foram se agregando. Também, a simpatia e o reconhecimento dessas ações fizeram com que várias entidades destinassem valores

¹ Um dos autores desse artigo e que esteve presente no primeiro debate para criação do FGJ também participou, em maio do ano de 2013, na cidade de Hamburg na Alemanha, de uma reunião entre organizadores do FSM e de entidades internacionais financiadoras do evento. Nessa reunião estava presente também uma das pessoas que participou da primeira conversa para realização do FSM, que relatou minuciosamente os bastidores do surgimento da ideia e da ação do FSM.

financeiros para viabilizar o evento, destacando-se inclusive substancial repasse do Governo Federal, que também possuía integrantes do CDP.

O FGJ propriamente dito teve três edições em anos seguidos – 2003 a 2005. A primeira e a segunda edição aconteceram no município de Três de Maio e a terceira no município de Cruz Alta. Foi prevista uma quarta edição para ser realizada em Ijuí, essa, entretanto, não se concretizou. Entendemos, contudo, que mais importante do que o evento presencial em si, o envolvimento no período de preparo às edições foi o mais construtivo. Nele os jovens e seus movimentos e organizações tiveram a oportunidade de se tornar protagonistas, ou seja, puderam, a sua maneira, delinear e assumir sonhos. E o sonho de transformar a sociedade esteve presente em todos os momentos. Os participantes estavam tomados pela utopia de um mundo melhor, de uma possibilidade melhor para as juventudes. Queriam provocar a mudança em seu meio de vida. A Carta de Princípios da primeira edição, coletivamente consensuada durante as sucessivas plenárias, retrata claramente esses objetivos. A conjuntura social adversa e a ação dos jovens sobre a situação para tecer alternativas, é tacitamente defendida.

Como espaço de debates, o Fórum Gaúcho da Juventude, é um movimento de idéias que estimula a reflexão e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países (FÓRUM, 2003).

Pautados pela Carta de Princípios e temáticas específicas coletivamente definidas, o I FGJ aconteceu de 1 a 4 de outubro de 2003. Este, no intuito de resolver as aflições dos participantes e do mundo, foi organizado em cinco eixos temáticos: educação e cultura; política: participação e democracia; trabalho e emprego; desenvolvimento sustentável; e, família, violência e sexualidade. As atividades principais consistiram na realização de conferências. Ademais, as entidades participantes organizaram diversas oficinas. Também, muitas atividades culturais. A mesma dinâmica foi adotada na II e III edição.

A estadia da juventude durante o evento se deu no Acampamento da Juventude. Neste, entendemos ter acontecido o momento mais importante e construtivo de práxis, de protagonismo juvenil, de construção de consciência, tal como Freire (1992) a propõe. Espontaneamente, os participantes do Fórum, durante as madrugadas, acenderam uma fogueira em meio as suas barracas e provocaram debates democráticos em favor de outra sociedade possível, tanto para a juventude quanto para a humanidade.

Muito além do processo de construção do FGJ, bem como do evento propriamente dito, foi o alcance do ideário proposto. Trata-se da repercussão criada por essa iniciativa. Seja pelos meios de comunicação de massa, seja pelos esforços dos participantes em debater o proposto na base de suas organizações e movimentos. A abrangência foi assim muito para além do evento propriamente dito. Ainda a visibilidade das ações dos diversos movimentos sociais, como dos jovens ligados ao MPA e ao MST provocou muito estranhamento e reflexão na sociedade camponesa local que paradoxalmente apresenta conservadorismo em seu sentido capitalista.

O FGJ foi um dos poucos eventos de sua época em que a juventude efetivamente assumiu o controle e ao mesmo tempo projetou protagonistas em sua ação na posteridade. Não há consenso, entretanto, sobre a categoria juventude. Muitas são as interpretações e posições sobre sua definição, e certamente não há ‘espaço’ aqui para aprofundar muito uma teorização sobre juventude. A categoria juventude, entretanto, foi uma das temáticas transversais e bastante contraditória que esteve na pauta evento.

No FGJ houve forte interação de duas correntes: a dos que viam a juventude como uma categoria de idade; e, a que via a juventude como um estado de espírito. Aqueles e aquelas que percebem a juventude como categoria de idade, procuram ligar a juventude a um determinado tempo de vida ou então a uma faixa etária específica, classificando-a geralmente entre 15 e 24 anos. Segundo Knauth e Gonçalves, a juventude “e a adolescência são operacionalizadas cronológica e ‘naturalmente’, limitando-se as faixas etárias pelas características *psi* e fisiológicas” (2006, p. 95).

Nesse viés, a condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico de sua vida, ou seja, “o jovem tem sido enquadrado na categoria de ser em formação, em crescimento, em desenvolvimento” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 19). No entanto, é necessário levar em consideração que essa transição da infância para a vida adulta envolve fatores psicológicos e sociais que variam de acordo com cada indivíduo. Dessa forma, não podemos simplesmente fazer um recorte objetivo da figura do jovem, pois há diferenças consideráveis se formos analisar as classes sociais distintas a que pertencem esses jovens, dos seus estilos de vida, das relações de gênero, etc. “Qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais” (NOVAES, 2006, p. 105).

Já a categoria que classifica a juventude como um estado de espírito caracteriza-se como a unificação de todas as características comuns aos jovens, dá a entender que existe uma só juventude, que pensa e age da mesma forma, tal como a sociedade a classificou: rebelde,

irresponsável, revolucionária. “Dessa maneira, ‘qualidades’ e ‘defeitos’ considerados típicos do jovem, como entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade, alegria, introspecção, timidez, passam a ser sinônimos de uma natureza jovial” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 20).

Com base nessas reflexões acerca da concepção de juventude, desencadeou-se também o debate em torno do reconhecimento e da autonomia dos jovens como atores sociais, sendo os mesmos agentes de transformação e protagonistas de sua história. O próprio evento do FGJ constantemente se reafirmava tendo os jovens como envolvidos diretamente nesse processo. Nesse sentido, podemos caracterizar o protagonismo juvenil como “uma ação educativa que relaciona jovens e educadores – ou somente jovens – na construção de um processo de intervenção sociocultural” (IULIANELLI, 2003, p. 71).

Hodiernamente percebemos o debate que aparentemente se concentrava opondo a juventude como categoria de idade ou estado de espírito, muito para além. A complexidade dos movimentos sociais e outras organizações do CDP nos fazem perceber no presente, que se tratava da interação de *juventudes* (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015, p.18-19). Ou seja, pela práxis, os jovens superaram a naturalização e homogeneização dos recortes deles mesmos como categoria de idade ou de estado de espírito, para se perceber na *condição juvenil* (ABRAMO, 2005).

Com o FGJ, os jovens, em sua condição juvenil, construíram espaço educativo privilegiado, e este fortemente ligado à experiência dos movimentos sociais à que os participantes estavam ligados. Por isso, se faz mister uma aproximação ao que entendemos por movimentos sociais e estes em sua tessitura com o CDP.

Movimentos sociais e CDP: pequeno excurso

Assim como há encontros e desencontros entre a educação popular e os movimentos sociais (STRECK, 2010), também estes não possuem uma teoria linear, absoluta e por estarem em movimento, nos parece que se reconstroem pela prática, o que consequentemente torna premente e sempre atual a sua re-teorização. Por outro lado são um objeto novo na academia. Sua institucionalização acadêmica se deu nos anos 1960 (GOHN; BRINGEL, 2014, p. 7). Daquela época até os dias atuais, contudo, houve uma multiplicação de abordagens que procuram ‘enquadrar’ os movimentos sociais. As duas abordagens mais presentes são a aproximação com a teoria crítica como o fazem Bringel e Domingues (2014) e a vertente que se baseia em Alain Touraine. Para este “um movimento social é ao mesmo

tempo um conflito social e um projeto cultural. [...] visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que a vitória sobre um adversário social” (1988, p. 254).

Para nós, contudo, procurar entender os movimentos sociais apenas pela teoria crítica ou pela perspectiva de Touraine (1988) que aponta sempre para a disputa e vitória sobre um adversário, seria um reducionismo. Os movimentos sociais se reconstituem, se reconstróem pelo movimento da sociedade. Assim entendemos que a sua definição precisa estar em diálogo com as diferentes abordagens. Por isso preferimos olhar os movimentos sociais pelas suas características. Para tanto nos apoiamos em Streck (2010, p. 302):

Os movimentos sociais: a) são ações coletivas, com certo nível de organização; b) são portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na sociedade; c) são localizados, respondendo a desafios específicos de uma classe, de um grupo social, de uma questão social emergente; d) são ao mesmo tempo portadores de uma preocupação essencial, de caráter universal, que no caso seria a busca de humanização; e) são lugares de constituição do homem e da mulher como sujeitos; f) da atualidade indicam a ultrapassagem de uma visão antropocêntrica em direção a uma visão antropológica.

Os movimentos sociais são assim, “el sujeto político protagonista de las mas substantivas transformaciones históricas” (PONTUAL, 2008 p. 3). Na América Latina em efervescência e na condição de ‘sujeitos políticos’, os movimentos sociais passaram de apenas reivindicadores e realizadores de protestos, para a implementação efetiva de projetos e programas (STRECK, 2010, p. 307). Para Gohn (2007, p. 37) “o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais”. Mas este não é um fenômeno tão novo. Scocuglia (2000, p. 51) nos lembra que também os movimentos populares da década de 1960 no Brasil foram patrocinados pelo Estado e mesmo assim mantinham sua independência.

O acontecimento do FGJ é característico dessa nova conjuntura dos movimentos sociais. Nele os movimentos e os integrantes dos movimentos, interagiram com outras organizações, entidades e o Estado. Essa integração constitui, conforme Paludo (2001) o CDP, ampliando significativamente a luta dos movimentos sociais e sua ação constitui um espaço educativo popular.

A educação no processo de práxis popular

Todo processo criado em torno da concretização do FGJ insere-se na pedagogia da práxis, que “é a teoria de uma prática pedagógica que procura não esconder o conflito, a contradição, mas, ao contrário, os afronta, desocultando-os” (GADOTTI, 2004, p. 28). Os

atos pedagógicos que perpassam as ações dos protagonistas do FGJ, analisados pela sua ação de práxis, carregam em si processos históricos, o que evidencia seu sentido dialético. Inscrevem-se a um “ato de conhecer [que] envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação” (FREIRE, 1982, p. 50).

A partir de um contexto de práxis, a centralidade do processo educativo no FGJ estava dada nos sujeitos, o que nos remete à perspectiva popular de educação, ou seja, à educação popular que tem entre suas características “acompanhar o movimento da sociedade, buscando sempre novos espaços para sua realização” (STRECK, 2013, p. 356). O movimento popular do FGJ carrega consigo a busca por alternativas vividas por indivíduos e coletivos em um contexto adverso (SCHÖNARDIE, 2015, p. 2). A educação em sua matiz popular se manifesta, assim, pela sua vocação de resistência (BRANDÃO, 2013, p. 12), e, ao mesmo tempo, pela construção de alternativas, no caso, perante a aproximação entre problemas de exclusão locais e a realidade neoliberal. Nessa perspectiva, o espaço educativo protagonizado pelo FGJ configurou-se como lugar de construção social coletiva (TORRES, 2008).

A práxis evidenciada e vivida pelos participantes do processo educativo construtor de aprendizagens sociais se deu num cotidiano de conflitos, ações, contradições e necessidades, levando em consideração a caminhada histórica dos sujeitos envolvidos, bem como a conjuntura social. As constantes reuniões e plenárias, a pauta programática, o próprio formato do sentido de um fórum, os debates ao redor da fogueira no Acampamento da Juventude, entre outros, se sucederam, fazendo com que os participantes repensassem suas ações. Esses debates permeavam uma “ruptura com alguma coisa, com preconceitos, com hábitos, com comportamentos, etc.” (GADOTTI, 2004, p. 29). Essas mudanças, mesmo carregadas de conflitos, fizeram com que os participantes jamais fossem os mesmos no decorrer de suas vidas. O reconhecimento da alteridade, por uma categoria que se assumia, qual seja, a juventude, provocou um processo de diálogo entre os participantes e desses com a sociedade. São “outros sujeitos”, nomeadamente a juventude comumente excluída dos processos constituídos, que constroem “outras pedagogias” (ARROYO, 2014).

A vivência dos protagonistas do FGJ evidencia que o ser humano “é um ser da ‘práxis’; da ação e da reflexão” (FREIRE, 1992, p. 28). Nas relações com o mundo, “através de sua ação sobre ele, o homem (*sic*) se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação” (FREIRE, 1992, p. 28). A vivência no FGJ, fez dos participantes protagonistas de um processo educativo, transformou o evento em um movimento, criando uma realidade envolvente, em que os sujeitos foram, conforme Marx (2008), recebendo influências em processo, mas ao mesmo tempo reconstituindo o contexto e a si próprios. Pela práxis se

construiu a emancipação juvenil, efetivamente “produzindo” sujeitos populares “capazes de serem os construtores de sua própria história de libertação” (PALUDO, 2001, p. 99).

Por vezes esse espaço educativo se deu de forma tensa. A sociedade estrutura e formaliza os processos educativos “em função dos interesses de quem tem o poder” (FREIRE, 1982, p. 146). Na conjuntura histórica do FGJ, o *status quo* a ser preservado é o da cultura neoliberal. A ruptura protagonizada pela juventude se dá exatamente perante essa conjuntura e, ao mesmo tempo, perante a opressão a que é relegada pelo modelo bancário de ensino (FREIRE, 1987).

Nesse sentido, o FGJ também rompeu com os processos educativos apenas formais, ou seja, aqueles estruturados pelos sistemas oficiais de ensino. As vivências sociais e educativas com o FGJ se deram assim basicamente no campo educativo não formal. Gohn (2005) e Libâneo (2004) definem a modalidade educativa não formal como aquela que apresenta, sim, algum tipo de planejamento sistematizado, mas oriundo do grupo social em que acontece, ou seja, as questões em pauta provêm das necessidades e interesses de seus protagonistas, no caso a juventude e esta permeada pelas lutas dos movimentos sociais a que pertencia ou a que se aproximava.

Brandão (1981, p. 7) nos ensina que “ninguém escapa da educação”. E o FGJ se constrói como espaço e vivência educativa popular

a partir de uma crítica indignada da ordem social dominante e a partir da identificação com visões de futuro alternativas, busca contribuir para a constituição de diversos setores subalternos como sujeitos de transformação, incidindo em diferentes âmbitos de sua subjetividade, mediante estratégias pedagógicas dialogais, problematizadoras, criativas e participativas (TORRES, 2013, p. 19).

O FGJ teve, assim, uma intencionalidade política emancipadora (TORRES, 2008, p. 13) e efetivamente a juventude e a sociedade com que essa intencionalidade interagiu, seja durante o evento, seja nas suas vivências posteriores, construiu e continua construindo um caminho que se aproxima com o sonho de uma vida e de uma sociedade melhores, ou seja, uma aproximação efetiva da utopia de outro mundo possível.

Algumas considerações

Primeiramente, precisamos considerar que a reflexão aqui proposta é orientada por uma questão de pesquisa, problematizada e balizada pelo olhar científico de uma hipótese. Por isso, em nenhum momento temos a pretensão de esgotar os estudos relativos ao FGJ. Por

outro lado, estamos cientes da responsabilidade de analisar criticamente um acontecimento do qual fomos protagonistas. É esse aprofundamento que nos permite perceber que, colocando em pauta algumas categorias, tais como juventude, conjuntura do FGJ, sua relação com o processo educativo, e a tessitura do evento com os movimentos sociais acabamos nos fazendo mais questionamentos, os quais aguçam a necessidade de maiores aprofundamentos sobre o tema.

Entendemos que pautando a experiência popular de educação tecida pelo FGJ em sua relação com os movimentos sociais e o CDP temos o potencial de contribuir com as ciências humanas e educacionais, mais especificamente com os estudos posteriores que venham a pautar o FGJ, a juventude de forma ampla, a região Noroeste do Rio Grande do Sul, a relação entre educação e juventude, a educação popular, os movimentos sociais e a própria história e, mais do que isso, contribuir com a sociedade.

Vimos que o FGJ foi uma reação da juventude e da sociedade a condições adversas impostas, por um lado, pela realidade de exclusão e falta de perspectiva local, oriunda de uma profunda crise do modelo agrário local e seus êxodos, entre os quais, o rural e o cultural. Por outro lado reação à determinante conjuntura neoliberal, que tentava inclusive silenciar as utopias das gerações mais novas. A juventude e a sociedade local, transversalizada pelos seus movimentos, reagiram, protagonizando ações políticas no campo democrático popular, conquistando governos e fazendo deles espaços de ações populares e, ao mesmo tempo, se inserindo nos movimentos sociais populares, congregando-os, por exemplo, no FSM e construindo-os com o FGJ.

O ponto de partida do estudo foi a hipótese de que a juventude protagonizou um espaço educativo privilegiado na construção e vivência do FGJ. Pudemos, efetivamente, constatar que a tese inicial é uma realidade. Os jovens e a sociedade em geral que participou do evento engajaram-se na luta por uma sociedade melhor, uma sociedade em que a juventude também fosse protagonista, e nas ações vividas com o FGJ, os participantes assumiram efetivamente a condição de delineadores, de atuantes, tomando suas próprias decisões e as colocando efetivamente em prática. Essa experiência educativa abriu também perspectivas futuras de inserção e atuação.

Os participantes se tornaram, efetivamente, sujeitos de sua história, se educaram pela práxis, e por ela construíram consciência, vivenciando, assim, um processo de educação popular. Obviamente também foram influenciados pelo meio social, mas com suas ações agiram sobre este, transformando-o e transformando a si mesmos. Nesse âmbito interagiram com e contribuíram com a reconstrução dos próprios movimentos sociais.

As mudanças nas vidas dos participantes foram significativas. Por isso entendemos que seria muito importante que as juventudes pudessem constantemente construir seus fóruns, em todos os lugares, e a sua maneira, cometendo erros e acertos, com os quais se constituiriam pela práxis. Pudemos constatar que todos os participantes/protagonistas do FGJ reconstruíram seu pensamento e ação. Pela vivência educativa em movimento, eles se educaram buscando caminhos na direção das utopias.

Referências

- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARBOSA, L. F. **Jovens e movimentos sociais no Brasil**. Interrogando significados das manifestações de junho de 2013. Anais da X Anped Sul. Florianópolis: X Anped Sul, 2014.
- BRANDÃO, C. R. Prefácio. Cinquenta e um anos depois. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. **Educação popular**. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRANDÃO, C. R. **O Que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRINGEL, B. M.; DOMINGUES, J. M. Teoria crítica e movimentos sociais. Intersecções, impasses e alternativas. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede**. Do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. do. Jovens pobres. O mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CRUZ, M. Fórum de educação popular. Frepop. In: **Cartas pedagógicas Ceaal Brasil**. Educação popular e juventude. Porto Alegre: Ceaal, 2013.
- FÓRUM Gaúcho da Juventude – FGJ. **Carta de princípios**. Três de Maio: Texto impresso, 2003.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.

- GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. M. Apresentação. A discussão contemporânea sobre os movimentos sociais. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. In: JEZINE, E.; ALMEIDA, M. de L. P (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**. Novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.
- IULIANELLI, J. A. S. Juventude. Construindo processos. O protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KNAUTH, D. R.; GONÇALVES, H. Juventude na era da Aids. Entre o prazer e o risco. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Orgs). **Culturas jovens**. Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Juventudes no/do campo. Questões para um debate. In: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (Orgs.). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.
- MARX, K. H. **Das Kapital**. Erster Band. Marx Engels Werke, Bd. 23, 23. Auflage, Berlin: Dietz, 2008.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje. Contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. (Orgs). **Culturas jovens**. Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.
- PELINKA, A. **Grundzüge der Politikwissenschaft**. Wien; Köln; Weimar: Böhlau, 2004.
- PONTUAL, P. Presentación. Movimientos sociales, tema vital para la educación popular. In: **La Piragua**. Revista Latinoamericana de Educación y Política. v.I, n. 27, 2008.
- SCHÖNARDIE, P. A. **Bäuerliche Landwirtschaft im Süden Brasiliens**. Historische, theoretische und empirische Studie zu Ernährungssouveränität, Modernisierung, Wiederbelebung und Staatsfunktion. München: Oekom, 2013.
- SCHÖNARDIE, P. A. **Educação popular como política pública**. Análise crítica. Anais da 37. Reunião Nacional da Anped. Florianópolis: Anped, 2015.

- SCHÖNARDIE, P. A. O processo educativo na perspectiva histórico-cultural. In: **Revista Contexto & Educação**. Ano 29, nº 93, maio/ago 2014. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.
- SCOCUGLIA, A. C. **Educação popular**. Do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. São Paulo: Cortez, 2000.
- STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação. (Des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 15 n. 44 maio/ago., 2010
- STRECK, D. R. Territórios de resistência e criatividade. Reflexões sobre os lugares da educação popular. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. **Educação popular**. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TORRES, A. A educação popular como prática política e pedagógica emancipatória. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. **Educação popular**. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TORRES, A. **La educación popular**. Trayectoria y actualidad. Bogotá: El Buho, 2008.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1988.